



Número: **0601984-34.2018.6.00.0000**

Classe: **CONSULTA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto**

Última distribuição : **13/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cargo - Deputado Federal, Cargo - Presidente da República, Consulta**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
JAIR MESSIAS BOLSONARO (CONSULENTE)	KARINA DE PAULA KUFA (ADVOGADO) LEONARDO AURELIANO MONTEIRO DE ANDRADE (ADVOGADO) ANDRE DE CASTRO SILVA (ADVOGADO) AMILTON AUGUSTO DA SILVA KUFA (ADVOGADO)
PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL) - NACIONAL (CONSULENTE)	ENIO SIQUEIRA SANTOS (ADVOGADO) AIRA VERAS DUARTE (ADVOGADO)
Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30659 38	13/12/2018 18:15	CONSULTA TSE	Petição Inicial Anexa

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO COLENO TRIBUNAL
SUPERIOR ELEITORAL - MINISTRA ROSA WEBER.**

JAIR MESSIAS BOLSONARO, brasileiro, casado, Presidente da República eleito no pleito eleitoral 2018, deputado federal, portador da carteira de identidade SSP/DF nº 3.032.827, inscrito no CPF sob o nº 453.178.287-91 e PARTIDO SOCIAL LIBERAL – PSL, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.209.414/0001-98, com endereço na Quadra 02, Bloco F, sala 1122 – Asa Norte – Brasília/ DF, representado na forma de seu estatuto social vem a presença de Vossa Excelência apresentar

C O N S U L T A

em matéria eleitoral, com fundamento no artigo 23, XII, do Código Eleitoral, conforme passa a expor:

📍 R. Ewerton Visco, 290 | Sala 1203
Caminho das Árvores | Salvador - BA
CEP: 41.820-022 | 71 2137-5531

✉ contato@acpa.adv.br
🌐 www.acpa.adv.br

Av Brigadeiro Luiz Antônio, 3813 |
Jardim Paulista | São Paulo - SP |
CEP 01401-002

📍 SHS QD.06, Conjunto A | Bloco A | Sala 606 |
Ed. Business Center Park | Brasília/DF |
CEP: 70316-102

☎ 11 3663-1006
✉ contato@kufa.adv.br
🌐 www.kufa.adv.br



A legislação eleitoral firmada para o pleito eleitoral 2018 trouxe uma inovação denominada financiamento coletivo, popularmente conhecida como “vaquinha eleitoral”, prevista no artigo 23, parágrafo 4º, inciso IV, da Lei 9.504/97:

Art. 23. Pessoas físicas poderão fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais, obedecido o disposto nesta Lei.

§ 4º As doações de recursos financeiros somente poderão ser efetuadas na conta mencionada no art. 22 desta Lei por meio de:

IV - instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios na internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares, que deverão atender aos seguintes requisitos:

O disposto acima foi regulamentado na Resolução n.23.553/2017, do Tribunal Superior Eleitoral, destinado ao regramento relativo à prestação de contas eleitoral na campanha 2018. Esta Resolução definiu, em seus artigos 26 e 53, que os valores arrecadados de pessoas físicas, classificados como “sobra de campanha”, deveriam ser transferidos ao partido político do candidato.

Art. 26. Nas eleições de 2018, se as doações de pessoas físicas a candidatos, somadas aos recursos públicos, excederem o limite de gastos permitido para a respectiva campanha, o valor excedente poderá ser transferido para o partido do candidato.



Art. 53. Constituem sobras de campanha:

I - a diferença positiva entre os recursos financeiros arrecadados e os gastos financeiros realizados em campanha;

§ 1º As sobras de campanhas eleitorais devem ser transferidas ao órgão partidário, na circunscrição do pleito, conforme a origem dos recursos, até a data prevista para a apresentação das contas à Justiça Eleitoral.

§ 2º O comprovante de transferência das sobras de campanha deve ser juntado à prestação de contas do responsável pelo recolhimento, sem prejuízo dos respectivos lançamentos na contabilidade do partido político.

§ 3º As sobras financeiras de recursos oriundos do Fundo Partidário devem ser transferidas para a conta bancária do partido político destinada à movimentação de recursos dessa natureza.

§ 4º As sobras financeiras de origem diversa da prevista no § 3º devem ser depositadas na conta bancária do partido político destinada à movimentação de "Outros Recursos", prevista na resolução que trata das prestações de contas anuais dos partidos políticos.

§ 5º Os valores do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) eventualmente não utilizados não constituem sobras de campanha e devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional integralmente por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) no momento da prestação de contas.

(grifo nosso)



Com efeito. A aplicação de recursos por partidos políticos, arrecadados de pessoas físicas, inclusive decorrentes de sobra de campanha oriunda de financiamento coletivo, **não sofre restrições legais quanto à sua aplicação**, tendo em vista que o artigo 44, da Lei 9.096/95, apresenta rol somente no que concerne à aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário:

Art. 44. **Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:**

I - na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado, do total recebido, os seguintes limites

a) 50% (cinquenta por cento) para o órgão nacional;

b) 60% (sessenta por cento) para cada órgão estadual e municipal

II - na propaganda doutrinária e política;

III - no alistamento e campanhas eleitorais;

IV - na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, criados e mantidos pela secretaria da mulher do respectivo partido político ou, inexistindo a secretaria, pelo instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política de que trata o inciso IV, conforme percentual que será fixado pelo órgão



nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total;

VI - no pagamento de mensalidades, anuidades e congêneres devidos a organismos partidários internacionais que se destinem ao apoio à pesquisa, ao estudo e à doutrinação política, aos quais seja o partido político regularmente filiado;

VII - no pagamento de despesas com alimentação, incluindo restaurantes e lanchonetes.

(grifo nosso)

A Resolução 23.546/2017, do Tribunal Superior Eleitoral, que regulamenta o disposto no Título III - Das Finanças e Contabilidade dos Partidos, da Lei nº 9.096/95, inclusive, em seu artigo 17, parágrafo 1º, clareia ainda mais a questão, tendo em vista que restringe limitação de gastos apenas no tocante a recursos oriundos do Fundo Partidário:

Art. 17. Constituem gastos partidários todos os custos e despesas utilizadas pelo órgão do partido político para a sua manutenção e consecução de seus objetivos e programas.

§ 1º Os recursos oriundos do Fundo Partidário somente podem ser utilizados para pagamento de gastos relacionados (Lei nº 9.096/1995, art. 44):

I - à manutenção das sedes e serviços do partido;

II - à propaganda doutrinária e política;



III - ao alistamento e às campanhas eleitorais;

IV - à criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política;

V - à criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres;

VI - ao pagamento de mensalidades, anuidades e congêneres devidos a organismos partidários internacionais que se destinem ao apoio à pesquisa, ao estudo e à doutrinação política, aos quais seja o partido político regularmente filiado; e

VII - ao pagamento de despesas com alimentação, incluindo restaurantes e lanchonetes.

§ 2º Os recursos do Fundo Partidário não podem ser utilizados para a quitação de multas relativas a atos infracionais, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais ou para a quitação de encargos decorrentes de inadimplência de pagamentos, tais como multa de mora, atualização monetária ou juros.

§ 3º Os recursos do Fundo Partidário, ainda que depositados na conta bancária prevista no inciso I do art. 6º, são impenhoráveis e não podem ser dados em garantia.

Ante as considerações legais apresentadas, cumpre indagar a esta Egrégia Corte acerca da possibilidade de recursos arrecadados em campanha, por meio de financiamento coletivo, serem destinados diretamente ao beneficiário final,



sem terem que passar, necessariamente, pela contra “outros recursos” do partido político. Dessarte, exsurge a presente Consulta, que visa levar luz ao entendimento, de modo a priorizar a finalidade social e coletiva da normal. De tal sorte,

Considerando que a arrecadação de campanha por meio de financiamento coletivo é decorrente exclusivamente de doações de pessoas físicas, conforme artigo 23, da Lei 9.504/97;

Considerando que, ao doar mediante financiamento coletivo, o eleitor faz uma escolha pessoal e direta acerca de determinado candidato, chegando ao extremo de colaborar financeiramente para viabilizar sua vitória;

Considerando que essa a doação é espontânea e decorre de manifestação expressa de vontade do eleitor dirigida a determinado candidato, máxime em se tratando de candidato ao pleito majoritário, cujos votos são nominais e não proporcionais;

Considerando que o financiamento coletivo, introduzido pela Lei 13.488/2017, vem suprir o anseio de flexibilização das formas legais de arrecadação eleitoral, permitindo que o espírito da democracia representativa seja estimulado, já que grupos de eleitores alinhados poderão decidir investir coletivamente em campanhas que se aproximem mais de suas expectativas e ficarão mais motivados a monitorarem mandatos de candidatos nos quais depositaram seus próprios recursos financeiros.

Considerando que, ao doar diretamente ao seu candidato por meio de financiamento coletivo, o eleitor não tem intenção de doar ao partido, pois se assim o quisesse, teria feito doação à agremiação, e não ao seu candidato;



Considerando que a sobra seja somente decorrente de recursos privados, sem utilização de recursos públicos na campanha hipotética;

Considerando que recursos privados decorrentes de doações de pessoas físicas não estão vinculados a imposições legais de aplicação restrita preconizada pelos artigos 44, da Lei 9.096/95 e 17, §1º, da Resolução TSE 23.546/2017;

Considerando que ao receber sobra de campanha decorrente de financiamento coletivo direcionado a candidato, o partido poderia aplicar livremente tal recurso, sem qualquer limitação imposta pelos artigos 44, da Lei 9.096/95 e 17, §1º, da Resolução TSE 23.546/2017;

A presente Consulta indaga:

- a) ***Pode o candidato majoritário, que arrecadou e aplicou em sua campanha exclusivamente recursos de natureza privada, decorrentes de doações de pessoas físicas por meio de financiamento coletivo, pessoas estas que direcionaram suas doações à pessoa do candidato e não à agremiação partidária, cuja sobra de campanha eventualmente devolvida ao partido político não estaria limitada às restrições impostas pelo artigo 44, da Lei 9.096/95 e pelo artigo 17, parágrafo 1º, da Resolução TSE 23.546/2017, reverter a referida sobra de campanha diretamente a Entidades beneficentes?***



b) *Em caso negativo, pode o partido político, ao receber sobra de campanha de candidato, decorrente de arrecadação de financiamento coletivo (pessoas físicas), portanto, não limitada às restrições impostas pelo artigo 44, da Lei 9.096/95 e pelo artigo 17, parágrafo 1º, da Resolução TSE 23.546/2017, doar o referido valor a Entidades beneficentes?*

Nesses termos,
pede deferimento.

Brasília, 12 de novembro de 2018.

Karina de Paula Kufa
OAB/ nº 245.404

Tiago Ayres
OAB/BA nº 22.219
OAB/DF nº 57.673

Amilton Augusto da Silva Kufa
OAB/SP nº 351.425
OAB/RJ nº 154.639

Fernanda Cristina Caprio
OAB/SP nº 148.931

Leonardo A. Monteiro de Andrade
OAB/MG nº 84.486

Enio Siqueira Santos
OAB/DF nº 49.068

Aira Veras Duarte
OAB/DF nº 49.886

